



KW

Fls. 228

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA  
ATA N.º 12 DE 21/04/2023

No dia 21 de abril de 2023, reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

**Período Antes da Ordem do dia**

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião extraordinária de 20 de janeiro de 2023.
3. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de fevereiro de 2023.
4. Assuntos gerais de interesse municipal.
5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

**Intervenção do Público**

6. Intervenção do Público

**Período da Ordem do dia**

7. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2022 – Relatório de Gestão.
8. Apreciação e deliberação - Integração do Saldo da Gerência do ano de 2022.
9. Apreciação e deliberação - Prorrogação de prazo relativo à regularização de situações de desconformidade com o Plano Diretor Municipal- Artigo 118º - Versão final da proposta para aprovação (RJIGT, art. 89º, n.º6).

**Intervenção do Público**

10. Intervenção do Público.

**Mesa:**

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira  
Primeiro Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho  
Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

**Deputados Eleitos presentes na sessão:**

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);



Fls. \_\_\_\_\_

- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

**Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Faltou: José António da Costa Moreira da Rocha (sem justificação).

**Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha



*[Handwritten signature]*

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:00 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.
- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

#### **Período Antes da Ordem do dia**

##### ***1. Informações gerais e expediente.***

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para informar que se encontra em curso um procedimento para a contratação de uma empresa que fará a transmissão online e em direto das sessões da AM. Disse que espera que a sessão da AM de junho já seja transmitida em direto e online.

Informou que se realizou no dia de ontem uma reunião relativa à revisão da Carta Educativa para a qual foi convidado. Disse que daquilo que se apercebeu, o calendário que foi previsto está a ser cumprido, e que em maio terão um primeiro “draft” da revisão do documento.

Deu nota da preparação das cerimónias de comemoração do 25 de abril de 1974, tendo agradecido ao deputado Manuel Marçal (GMP PSD) o trabalho efetuado na organização da componente cultural das cerimónias e apelado



Fls. \_\_\_\_\_

aos deputados da AM que participem nas iniciativas preparadas para a noite do dia 24, e para o dia 25 de abril.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dar nota que tentou explicar aos deputados do seu GM os procedimentos relativos à contratação de uma empresa para a transmissão em direto e online das sessões da AM, tal como lhe tinha sido explicado na reunião da Conferência de Líderes, mas que eles não entenderam a explicação.

Questionou se o que percebeu foi que o concurso foi dirigido a três empresas escolhidas pela Câmara Municipal, com uma base de aceitação não inferior a 300,00€; se era possível indicar as empresas que foram contactadas.

**O Sr. Presidente da AM** remeteu para o trabalhador da Câmara Municipal que presta apoio administrativo à AM, Dr. André Pimenta, a resposta às questões colocadas pelo deputado Jorge Quintas (GMMPPM).

**O Dr. André Pimenta** informou que na sequência da aprovação do Regulamento da transmissão online das sessões da AM, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez chegar uma comunicação ao Sr. Presidente da Câmara a solicitar que os serviços abrissem um procedimento para a contratação de uma empresa que passará a fazer esse serviço. Disse que o Sr. Presidente da AM remeteu uma sugestão de caderno de encargos contendo o valor base para o procedimento, e a indicação que, por uma questão de transparência, se deveriam consultar três empresas para a prestação do serviço.

Referiu que nesse seguimento, o Sr. Presidente da Câmara fez um despacho dirigido à Divisão Financeira para que se elaborassem os documentos para o lançamento do concurso, tendo o convite sido remetido, salvo erro, na passada terça-feira, estando os serviços a aguardar que as empresas que foram contactadas respondam ao convite que lhes foi formulado, em conformidade com o que dispõe o “CCP - Código de Contratos Públicos”. Relativamente às empresas que foram convidadas, disse que na reunião de Conferência de Líderes ficou encarregue de trazer os nomes para a presente

sessão, mas que se esqueceu, pelo que poderá posteriormente enviá-los aos deputados da AM.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** interveio novamente para solicitar um esclarecimento sobre o valor base no procedimento no montante de 300,00€, entendendo, daquilo que percebeu, que sendo esse o valor mínimo, se uma empresa apresentar uma proposta no valor de 290,00€ fica automaticamente excluída.

**O Dr. André Pimenta** esclareceu que o valor base que foi proposto foi de 300,00€ por sessão, abrangendo as sessões ordinárias da AM que faltam realizar até o fim do corrente mandato, achando que também foi previsto um valor extra para a realização de eventuais sessões extraordinárias. Disse que quem concorrer terá que apresentar uma proposta para esse valor base, sendo que conforme prevê o “CCP - Código de Contratos Públicos”, se uma empresa apresentar um valor abaixo de 300,00€ será excluída (em intervenção posterior corrigiu a sua afirmação: “empresa que apresentar um valor acima de 300,00€ será excluída”).

**O Sr. Presidente da AM** deu este ponto como encerrado.

## **2. Votação da ata da reunião extraordinária de 20 de janeiro de 2023.**

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para referir que tal como disse na Conferência de Líderes (não tem a ver com os serviços), houve uma má interpretação da sua parte em relação a uma palavra do texto escrito. Disse que ao ouvir o áudio, quando se refere ao Jardim Infantil de Vila Verde, onde diz “aguentar”, no texto escrito está a “aproveitar”, isso porque, oficialmente, aquele jardim-de-infância já não tem um Assistente Operacional, só tem uma pessoa a exercer as funções de docência.

Deu também nota de outra correção aquando do debate sobre o Mapa de Pessoal. Disse que fez uma referência à ata do Conselho Municipal de Educação, e no áudio não é perceptível, parece “mapas”, pelo que ficou combinado falar aqui neste ponto: onde diz “mapas” é “conforme consta da ata do Conselho Municipal de Educação”, sendo que aprova a ata e gostaria que constasse da mesma.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que nunca existiu uma escola em Cascavalhosa, pelo que deveria constar “Chão da Carraçosa”.

Referiu que é da opinião que, por vezes, o conteúdo das intervenções dos deputados da AM é demasiado resumido.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que as atas são enviadas com a devida antecedência para os líderes dos GM para apreciação, pelo que estes podem sempre enviar os seus contributos.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade dos deputados presentes na dita sessão.

**3. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de fevereiro de 2023.**

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade dos deputados presentes na dita sessão.

**4. Assuntos gerais de interesse municipal.**

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da AM se já obteve resposta do Sr. Presidente da Câmara ao e-mail que lhe remeteu no dia 6 de fevereiro de 2023, a propósito do testamento do Conde.

Questionou se está prevista alguma iniciativa para o primeiro centenário da morte de D. Martinho, primeiro Conde de Castelo de Paiva. Disse que uma vez que os Vereadores já foram convidados, questionava se a AM também o foi para um evento que vai ocorrer no “CICL – Centro de Interpretação da Cultura Local”.

Relativamente ao edifício “Marmoiral”, e na sequência da resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu ao deputado Manuel Mendes (GMPS) na última sessão da AM, disse que enviou um e-mail ao Sr. Presidente da AM a solicitar elementos (entregou uma planta para que a sua intervenção melhor pudesse ser acompanhada).

Deu nota que em 1995 foi inaugurado o Palácio da Justiça de Castelo de Paiva, e que entre essa data e o final de 1996, foram finalizados os arranjos exteriores desse edifício; que em 1995, a Câmara Municipal emitiu uma



certidão que atesta que os terrenos onde estão construídos o Palácio da Justiça (entretanto doado ao Ministério da Justiça para construir o edifício) e os seus arranjos exteriores, o Largo Professor Joaquim Quintas, são propriedade do Município; que essa certidão refere que esses terrenos foram adquiridos por expropriação à família Alves de Moura e, por cedência ao domínio público, pela empresa “Fialpa, Lda.”, no âmbito do licenciamento n.º 240/91 (que é exatamente o licenciamento do prédio de habitação e serviços que se encontra em frente ao tribunal e confina com o referido largo).

Referiu que conforme se pode verificar na planta que distribuiu, o atual proprietário/promotor do edifício “Marmoiral” ao constituir a Propriedade Horizontal, vem dizer que uma parte de um dos arruamentos do atual Largo Professor Joaquim Quintas e 12 dos estacionamentos ali existentes, são área pertencente ao terreno onde está construído o prédio denominado “Marmoiral”; que estão a falar de cerca de 800 m<sup>2</sup> de terreno que já pertencem ao Município e depois ao Largo Professor Joaquim Quintas, desde pelo menos 1991, e que agora são anexados aos 9.200 m<sup>2</sup> de terreno do prédio; que estes 9.200 m<sup>2</sup> de terreno são a área que o prédio precisa de ter para que o índice de construção possa cumprir o previsto no “PDM – Plano Diretor Municipal”.

Salientou que para além disso, o promotor incluiu na Propriedade Horizontal, e nos estacionamentos que por lei têm de existir no exterior do prédio, mais 11 lugares de estacionamento (7 para comércio e 4 para habitação) que estão localizados na Rua Luís Aranha desde pelo menos 1992, relembrando que essa rua foi feita através de um concurso público lançado pelo Município em 1991.

Deu nota que a inspeção da IGAT/IGAL, já neste século, quando propôs a declaração de nulidade do licenciamento do edifício “Marmoiral”, referia no seu Relatório Final que aqueles estacionamentos existentes na Rua Luis Aranha não podem ser considerados para efeito do licenciamento do prédio, por já serem públicos, apesar de tudo isso ter sido validado por



despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Rocha, a 21 de dezembro de 2022, pelo que lhe colocava as seguintes questões:

- a) Se por acaso viu com atenção a planta que está anexa ao seu despacho e que aqui foi apresentada?
- b) Se por acaso, quando fez o despacho a 21 de dezembro de 2022, não lhe ocorreu questionar os serviços do urbanismo do Município, porque é que em 2022 aparece uma planta que inclui área e estacionamentos pertencentes ao domínio público municipal desde 1995 e 1992, respetivamente?
- c) Quais são os artigos urbanos e/ou rústicos que suportam, junto da Autoridade Tributária, o edifício do Tribunal e o Largo Professor Joaquim Quintas e, se este último, pertence ao domínio público municipal ou ao domínio privado municipal;
- d) Se os estacionamentos agora incluídos na Propriedade Horizontal do edifício “Marmoiral” e situados no Largo Professor Joaquim Quintas, e os localizados no sentido ascendente da Rua Luís Aranha, deixaram de pertencer ao Município.

Referiu que aplicava a este cenário uma frase dita pelo Sr. Presidente da Câmara desde que aqui se falou da notificação judicial avulsa sobre a Rua Luis Aranha, e citou: "... terá de vir o Supremo, dos Supremos, dos Supremos dizer que aquela área de terreno do Largo do Palácio da Justiça não é propriedade municipal, pois desde 1996/1997, no mínimo, todos nós circulamos naquele Largo."

Concluiu, dizendo que a sua intervenção a propósito do edifício “Marmoiral” nada belisca, nem coloca em causa, quem comprou ou quem já habita frações daquele edifício, porque quem comprou fê-lo de boa-fé, não sabendo que a Câmara Municipal, eventualmente, não tinha licenciado da melhor forma.

**O deputado João Vieira (GMMPP)** usou da palavra para dar nota da falta de limpeza de um terreno situado nas traseiras da urbanização de Curvite.

*[Handwritten signature]*



Fls. 232

Referindo-se à Rua Teresa Taveira, disse que não pondo em causa o desaterro feito para a construção de uma habitação, segundo a tradição, existia no local um forno em talha da era Mourisca que agora terá sido destruído, tendo defendido que a Câmara Municipal deveria estar atenta quando são feitas essas terraplanagens.

Defendeu também que os “CTT – Correios de Portugal” estão a prestar um mau serviço à comunidade, dando o exemplo da entrega atrasada das reformas (chefias da empresa devem ser alertadas).

**O deputado Ângelo Fernandes (GMPS)** usou da palavra para questionar o que é que a Câmara Municipal tem a oferecer a quem não tem a possibilidade de colocar “chips” nos seus cães e gatos; qual a justificação para o facto de o canil não estar a aceitar gatos; que procedimentos é que as pessoas têm de seguir para adotar animais.

Questionou da possibilidade de se melhorar as condições de acesso no caminho do Barreiro.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD)**, usou da palavra para dizer que adotou recentemente quatro cadelas abandonadas, tendo o veterinário municipal indicado os procedimentos para a esterilização dos animais (agradeceu a rápida resposta dada pelo veterinário municipal). Disse que se deslocou ao canil para fazer esse procedimento e constatou dois pontos positivos: animais bem tratados e bem higienizados (deu os parabéns aos funcionários municipais), mas também viu pontos negativos: não existem bebedouros e comedouros automáticos; a sala onde está guardada a alimentação cheira a mofo e não tem ventilação; o teto da sala está negro devido à humidade; as jaulas dos perigosos não são adequadas para a limpeza e para a alimentação; as coberturas, curtas, não permitem o abrigo das portas; não viu gatos.

Realçou que daquilo que viu, e tendo conhecimento do elevado número de animais errantes que por vezes colocam as pessoas em perigo, apelava ao Sr. Presidente da Câmara que equacione o alargamento do canil e a



Fls. \_\_\_\_\_

colocação de um veterinário a tempo inteiro, tendo-lhe pedido que o informasse do que pensa fazer nesse sentido.

Referindo-se às fossas da Adróia, disse que desde 2017 que aborda este assunto. Referiu que no início de 2021, foi-lhe dito pelo anterior executivo que o problema ficava tratado até ao final desse ano; que no ano passado, em agosto, em reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia, a “Simdouro” e a Câmara Municipal, percebeu que não existia nada previsto ou adjudicado; viu recentemente um concurso público para a elaboração de um estudo e projeto da elevatória de Sardoura, tendo solicitado um ponto de situação para a resolução do problema.

Agradeceu à deputada Fátima Strecht (GMPS) a cedência de terreno para o alargamento do caminho do Espírito Santo.

Agradeceu também à Câmara Municipal o apoio concedido para a realização da “Caminhada dos Moinhos”.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara referiu na última reunião de Câmara a propósito do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” (pediu que confirmasse) que está à espera de uma reunião com o Secretário de Estado do Trabalho desde setembro de 2022 (Sr. Presidente da Câmara confirmou), sendo que isso é inaceitável da parte de um Secretário de Estado. Disse que o GMMPPM se disponibiliza para juntamente com o Sr. Presidente da Câmara e outros deputados da AM que assim o entendam, protestar energicamente contra esta demora que fazem a um Presidente de Câmara e à população de Castelo de Paiva, salientando que todos sabem a importância do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” para o concelho. Enfatizou que têm de reprovar esse comportamento, pelo que se o Sr. Presidente da Câmara assim o entender, que conte com o GMMPPM para fazer uma marcha de protesto a Lisboa.

Deu nota que se deveria proceder à marcação dos lugares de estacionamento na rua junto ao edifício Sopé de S. Pedro, para que esses lugares estejam melhor organizados.



Fls. 233

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMMPS),** usou da palavra para se referir à obra no Largo de Santa Maria de Sardoura, para a qual têm um terreno em que a expropriação se encontra numa fase avançada, com a posse administrativa da Câmara Municipal, e sobre a qual tem articulado com o Sr. Presidente da Câmara para a construção do muro naquele local. Disse que a Junta de Freguesia pretende que a obra avance com celeridade, tendo em conta as festividades que se avizinham.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a cedência de material para a continuação da obra na praça de Sá, que está a ser desenvolvida pela Junta de Freguesia com o apoio de populares. Disse que acordou com o Sr. Presidente da Câmara o apoio da Câmara Municipal com materiais, sendo que no momento a obra se encontra parada, tendo perguntado quando é que esse apoio será disponibilizado.

Referindo-se à revisão da Carta Educativa em curso, sugeriu que aproveitando os fundos comunitários alocados ao programa “Portugal 2030”, trabalhassem no sentido de terem no concelho uma escola superior/universidade na área da música, porque considera ser uma mais-valia a nível social, económica e educativa.

Deu nota que todos os Presidentes de Junta promovem a realização de feiras do vinho, mas a vinha tem vindo a sofrer um desinvestimento em Castelo de Paiva, devendo-se investir mais nos produtores de vinho e nesse produto, aproveitando os fundos comunitários alocados ao programa “Portugal 2030”.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para dizer que relativamente ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, têm conhecimento que se encontra depositado o montante de 170.000,00€ à guarda do tribunal, tendo solicitado um ponto de situação.

Solicitou também um ponto de situação da expropriação de um terreno necessário ao alargamento do largo de Sardoura, e qual o peso do valor a pagar no orçamento do Município.



Fls. \_\_\_\_\_

Deu nota que há sinalização vertical que está desfasada da realidade do Código da Estrada; alguma dessa sinalização não faz entender que trânsito é que está a ordenar, bem como existe sinalização horizontal que também não serve os interesses dos condutores, pelo que urge que o Município tome providencias para evitar acidentes rodoviários e promover a segurança dos peões ao atravessar as passadeiras, dado que existem algumas que estão mal sinalizadas e outras não faz sentido a sua existência.

**A deputada Fátima Strecht (GMPS)** usou da palavra para dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), que não tinha de agradecer, porque todos devem ajudar.

Deu nota que o problema do estacionamento no Largo do Conde não está resolvido, reconhecendo que as obras que foram feitas não se compadecem com os lugares de estacionamento que foram feitos. Disse que há pessoas que saem de manhã para o Porto para trabalhar e deixam o carro estacionado naquele espaço durante todo o dia, o que não se compadece com o carácter temporário desses lugares de estacionamento, conforme tinha sido anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Referindo-se ao evento “Granfondo” realizado no passado dia 2 de abril, reconheceu que é uma prova a nível nacional, mas que não pode prejudicar os direitos de quem cá mora e de quem tem de ir trabalhar nesse dia, pelo que têm de ser criados percursos alternativos.

Referindo-se ao molo situado junto ao Mercado Municipal, disse que os sacos são substituídos, mas fica depositada sujidade debaixo do saco que provoca maus cheiros, pelo que há que resolver esta situação.

Salientou que acompanhava o teor da intervenção do deputado João Vieira (GMMMP) relativamente aos “CTT – Correios de Portugal”. Disse que há cartas que chegam e outras que não chegam ao destino; que a Sra. Dra. Juíza já requereu ao Diretor dos “CTT – Correios de Portugal” para que seja sensível a esta situação, tendo apelado à intervenção do Sr. Presidente da Câmara no sentido de sensibilizar os responsáveis daquela entidade para a resolução destes problemas.



**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para se associar ao conteúdo na intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS) relativamente aos “CTT – Correios de Portugal”, tendo apelado à sensibilidade do chefe daquela entidade em Castelo de Paiva para a necessidade de se entregar o “RSI – Rendimento Social de Inserção” e as reformas aos idosos em devido tempo.

Solicitou um ponto de situação relativo à revisão da Carta Educativa. Destacou a realização da primeira corrida de “Marcha” no concelho. Destacou também a iniciativa da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva” de sensibilização para o mês dos maus tratos infantis.

**O Sr. Presidente da AM** deu a palavra ao deputado Rocha Pereira (GMPS), informando que o Sr. Presidente da Câmara se ausentou da sessão dado que recebeu um telefonema urgente de um familiar (não sabe se regressa), tendo delegado a sua substituição na Vereadora Liliana Vieira.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** referiu que tal (Sr. Presidente da Câmara ser substituído pela Vereadora Liliana Vieira) era uma desconsideração para com o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

**A Vereadora Liliana Vieira** esclareceu que o Sr. Presidente da AM não percebeu a mensagem que lhe transmitiu. Disse que o Sr. Presidente da Câmara recebeu um telefonema urgente de um familiar em função de ter um familiar com uma situação débil de saúde, e delega no Sr. Vice-Presidente da Câmara, não em si, na ausência do Sr. Presidente da Câmara que crê que será curta.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para solicitar um ponto de situação do processo de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior. Disse que o processo se arrasta há sete meses, desde o dia 21 de setembro.

Deu nota que a Comissão Alargada da AM de acompanhamento do disposto no relatório final do GT do Testamento do Conde foi empossada no dia 14 de janeiro. Disse que nessa reunião foram colocadas algumas



Fls. \_\_\_\_\_

questões ao Coordenador da Comissão que, por sua vez, as remeteu ao Sr. Presidente da Câmara a 6 de fevereiro, nomeadamente, o ponto de situação quanto às recomendações feitas pelo anterior GT e que foram aprovadas pela AM; a questão relativa aos levantamentos topográficos; a constituição de assistente e nomeação de advogado no processo-crime, tendo solicitado um ponto de situação.

Referindo-se a uma iniciativa evocativa do centenário do Conde de Castelo de Paiva organizada pelo “Movimento de Cidadãos do Mundo”, disse que consta-se que a Câmara Municipal não vai estar presente, tendo solicitado uma justificação.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que tem um pedido de uma certidão que vai fazer chegar à Mesa e uma recomendação que gostaria que fosse votada, da qual entregou uma cópia a cada um dos GM.

Deu nota que dá a sensação que há um “elefante na sala” que toda a gente vê, mas que ninguém quer tocar. Disse que foi notícia que o Sr. Vice-Presidente de Câmara, juntamente com outros autarcas, foram acusados de alguns crimes que poderão ter acontecido no uso de suas funções enquanto autarcas, sendo que, em primeiro lugar, uma coisa que é a estima pessoal que tem para com o Sr. Vice-Presidente de Câmara, que é diferente das divergências partidárias que aqui possam ocorrer: à política que é da política, à justiça o que é da Justiça.

Defendeu que nesta fase, devem deixar bem claro que todos os intervenientes em funções, ou não, devem recorrer a todos os meios legais para que a verdade seja apurada para bem de todos: para bem das instituições, para bem da democracia e até para bem dos próprios.

Referiu que no que diz respeito à política, há questões que podem começar a debater, e para bem de todos, espera que se venha a pôr a nu a verdade dos factos, se aconteceram, ou não aconteceram.

Realçou que não contem com o PS para fazerem “gincana política” sobre o caso; que não irão recorrer à juventude partidária para divulgar notícias



*[Handwritten signature]*

Fls. 235

sobre a acusação, seja em festividades municipais, seja nas caixas de correio, seja nas viseiras dos automóveis.

Defendeu que se impõem esclarecimentos, pelo que questionou o Sr. Vice-Presidente da Câmara se pretende, ou não, fazer algum esclarecimento aos Paivenses; se sente que tem condições políticas para continuar a exercer o cargo, uma vez que a acusação incide sobre crimes que poderão ter acontecido no exercício de funções políticas em mandatos anteriores.

Defendeu também que outro agente importante neste assunto é o próprio Sr. Presidente da Câmara. Disse que outrora, José Rocha, referiu-se a um Vereador numa situação semelhante (que é uma acusação, mas no conteúdo em nada comparado na gravidade da mesma, uma vez que os crimes em causa neste momento são de atividade económica, entre outros de gravidade tal que o Ministério Público pede que vá a julgamento com um coletivo de juízes, o que significa que estarão em causa crimes graves), dizendo que não tinha condições éticas, morais e políticas para continuar a exercer o cargo que desempenhava.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se face a situação semelhante do seu Vice-Presidente da Câmara, mantém essa postura ou se muda: se muda, porque é que muda.

Questionou também se o Sr. Vice-Presidente da Câmara tem condições políticas para continuar a exercer o cargo.

Referiu que o atual Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros estava na oposição na altura em que terão acontecido os factos, sendo que é do conhecimento de todos que durante esses dois mandatos liderava a oposição. Disse que o ambiente nas Assembleias de Freguesia estará registado em ata; certamente que o debate era muitas vezes intenso, com alguma hostilidade entre executivo e deputados da Assembleia, ou mesmo entre intervenientes do público para com os próprios eleitos, pelo que questionou o Sr. António Costa se alguma vez foi ouvido neste processo, seja pelo Ministério Público, seja pela Polícia judiciária, ou por outra força policial e, se sim, se podia fazer algum comentário nesse sentido; que neste

momento a União de Freguesias de Sobrado e Bairros tem duas opções: por um lado, pode optar pela solidariedade partidária, que é manter-se impávido e sereno junto dos seus pares partidários pelo partido pelo qual foi eleito, ou então, assumir as rédeas na liderança da Junta de Freguesia e defender os interesses da freguesia, uma vez que segundo a acusação que foi noticiada, a Junta de Freguesia terá sido lesada em milhares de euros, pelo que questionava se Junta de Freguesia vai, ou não, constituir-se assistente no processo.

Concluiu, referindo que se comenta na praça pública uma situação que lamentam profundamente: que dentro da estrutura partidária em funções na Câmara Municipal, há quem esfregue as mãos de contente porque vê aqui uma oportunidade de progressão de carreira da sua ambição política, facto que a ser verdade lamentam profundamente.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para dizer que repudiava a parte final da intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), na qual pôs em causa a seriedade do PSD. Disse que em momento algum se beneficiará quem quer que seja, porque o que fazem é tratar de igual modo todos os funcionários; que em momento algum se beneficiou, beneficiará, um funcionário ou um Paivense por ser filiado ou simpatizante do PSD.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** pediu a palavra em uso da defesa da honra.

Referiu que aquilo que o deputado Carlos Trindade (GMPSD) disse em nada vai de encontro ao conteúdo da sua intervenção, algo que depois poderá confirmar com a gravação.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para ler o conteúdo da recomendação apresentada pelo GMPS, que se dá por integralmente reproduzida e ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que a matéria referente à recomendação do GMPS é pertinente, porque em frente ao cemitério de Sobrado, onde a Câmara Municipal luta há tanto tempo



Fls. 236

para criar um parque de estacionamento condigno de acesso às cerimónias fúnebres, há um terreno que foi recentemente alienado, relativamente ao qual questionou se as obras que ali estão a ser feitas estão licenciadas, e se a Câmara Municipal exerceu o direito de preferência.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** interveio novamente para dizer que uma recomendação deste tipo deveria ter sido entregue previamente aos GM para análise, e não entregá-la na AM e propor-se logo a votação. Propôs ao GMPS que pondere retirar a recomendação, caso contrário o GMPSD votará contra, porque não tiveram condições para a apreciar.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** respondeu que os termos da recomendação são bastante explícitos, pelo que o GMPS não a vai retirar.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** solicitou um intervalo de 10 minutos, o que foi concedido.

Retomada a sessão, **o deputado Carlos Trindade (GMPSD)** referiu que o documento que chegou ao PSD não vinha instruído com a escritura.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para solicitar uma cópia da escritura e para dizer que nada lá diz que foi cumprida a legislação em vigor na matéria que diz respeito aos confrontantes.

**O Sr. Presidente da AM** colocou a recomendação à votação, tendo sido aprovada por maioria com 11 votos contra do GMPSD e 15 votos a favor (9 do GMPS, 4 do GMMMPM e 2 do UCPT).

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** proferiu a seguinte declaração de voto:

“ – O GMPSD decidiu votar contra, primeiro, porque o documento não veio devidamente instruído; segundo, quem faz uma breve análise sobre o direito de preferência não foi o proponente, o que lamentamos, aliás, nem sabíamos se efetivamente haveria lugar ao direito de preferência, ou não, de acordo com a lei; porque tal recomendação deveria ter chegado previamente aos GM, sendo certo que o PS teve oportunidade de a fazer



Fls. \_\_\_\_\_

chegar à Conferência de Líderes para ser abordada. Não o fez, dai o nosso sentido de voto.”

**O Sr. Presidente da AM** proferiu a seguinte declaração de voto:

“ – Eu subscrevo e acrescento que votei contra, porque não estava em condições de sequer saber qual era o terreno, e por isso não tinha sequer opinião sobre o assunto.”

**O Sr. Presidente da AM** confirmou que no âmbito da Comissão Alargada da AM de acompanhamento do disposto no relatório final do GT do Testamento do Conde, foram enviadas questões ao Sr. Presidente da Câmara que deu como respondidas na última AM, mas vai pedir ao Sr. Presidente da Câmara para responder novamente por escrito.

Sobre a iniciativa evocativa do centenário do Conde de Castelo de Paiva organizada pelo “Movimento de Cidadãos do Mundo”, disse que nem a AM, nem a Comissão Alargada da AM de acompanhamento do disposto no relatório final do GT do Testamento do Conde foram convidadas.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** interveio novamente para dizer que em relação à parte final da anterior intervenção do Sr. Presidente da AM, tinha perguntado não ao Sr. Presidente da Mesa, mas ao Sr. Presidente da Câmara, se a Câmara Municipal tinha sido, ou não, convidada; se ia ao evento e, se não vai, porquê.

Disse que também perguntou ao Sr. Presidente da AM, com base no texto que sumariou, o teor do texto que ele (Presidente AM) enviou ao Sr. Presidente da Câmara. Referiu que queria saber, partindo do princípio que não houve resposta do Sr. Presidente da Câmara, se ele entendia responder verbalmente aos deputados da AM.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que já tinha respondido à primeira questão colocada pelo deputado Rocha Pereira (GMPS) em resposta à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT).

Em relação à segunda questão, respondeu que deu o entendimento da Mesa, ou seja, que as respostas tinham sido dadas na AM, pelo que não deu



Fls. 237

sequência ao pedido formal da resposta, mas que vai solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que responda por escrito.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Em relação ao edifício “Marmoiral”, respondeu que tal como já disse anteriormente, estão a ser cumpridas todas as normas legais e que o processo foi validado pela “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”.

Referiu que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) deve ser o deputado da AM que mais vezes consultou o processo, tendo requerido mais documentos no passado dia 19 deste mês.

Salientou que a Câmara Municipal, e o seu Presidente, está ao lado daqueles que por bem e dentro da legalidade queiram investir em Castelo de Paiva.

Concluiu este assunto, referindo que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) pode consultar sempre o processo, tal como já o fez.

Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM), esclareceu que o proprietário das antigas instalações da serração manifestou no ano transato a vontade em fazer a limpeza, tendo como prazo para o fazer até à próxima época de incêndios. Disse que se não o fizer o Gabinete Técnico Florestal irá proceder em conformidade.

Em relação aos “CTT – Correios de Portugal”, informou que tem falado várias vezes com o chefe daquela entidade. Disse que este tem alegado falta de pessoal, algo de que os Paivenses não têm culpa, pelo que vai continuar a pressionar para que se resolva a situação.

Referindo-se à intervenção do deputado Ângelo Fernandes (GMPS), referiu que tal como já disse anteriormente, o canil não tem condições para ser gatil porque as jaulas não reúnem as condições necessárias e a “DGAV – Direção-Geral da Alimentação e Veterinária” não autoriza.

Informou que a Câmara Municipal garante a gratuitidade da colocação do chip, da vacinação e da desparasitação dos animais adotados, sendo que



Fls. \_\_\_\_\_

todos aqueles que têm animais à sua guarda e pretendem fazer a colocação de chip e proceder à esterilização, esse serviço é prestado também de forma gratuita pelo veterinário municipal.

Em relação à Rua do Barreiro, reconheceu a sua degradação, tendo informado que vão solucionar o problema a seu tempo.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), informou que a Câmara Municipal se candidatou a um projeto para ampliação do canil junto do “ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas” que já foi aprovado, para mais 14 unidades de alojamento a canídeos; para o apetrechamento do que poderá ser a sala de cirurgia/esterilização e a questão do gatil, esperando executar a obra a breve trecho juntamente com o Município de Cinfães.

Relativamente às fossas da Adroia, informou que o projeto já foi aprovado e o concurso vai ser lançado no próximo mês de maio, envolvendo a requalificação da zona envolvente à igreja de S. Martinho, num investimento que rondará cerca de 190.000,00€.

Em relação ao estudo da elevatória de Sardoura, informou que existe um projeto na empresa “Simdouro” para o alargamento da ETAR. Disse que já reuniram numa primeira instância com a administração e com os técnicos da empresa “Simdouro”, e posteriormente os técnicos daquela empresa com os técnicos do Município, estando a ser elaborados os projetos para o saneamento em baixa e em alta, sendo que a empresa confirmou que estarão concluídos em setembro/outubro próximos para que a obra vá para o terreno, cabendo à Câmara Municipal desenvolver os procedimentos para a ligação à alta, algo que já está a ser feito.

Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPPM), confirmou que foram enviadas várias notificações ao Secretário de Estado. Disse que tiveram uma primeira reunião da qual resultaram algumas expectativas e foram analisadas algumas possibilidades para o “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”.



Relembrou que o próprio 1.º Ministro, Dr. António Costa, deu numa Resolução do Conselho de Ministros a reconstrução daquele equipamento como prioritária.

Confirmou que ficou agendada uma reunião para o mês de setembro do ano passado, mas apesar das missivas enviadas (cartas registadas e e-mail) e dos contactos mantidos com a secretaria do Sr. Secretário de Estado, ainda não foi agendada essa reunião.

Informou que esteve no dia de hoje com o Sr. 1.º Ministro, Dr. António Costa, em Baião, e falou-lhe necessidade de que este seja um projeto para avançar, porque sabem das dificuldades que as empresas que se querem fixar no concelho têm em encontrar instalações.

Referiu que espera que em breve o Sr. Secretário de Estado, a Sra. Ministra ou o Sr. 1.º Ministro deem respostas, porque independentemente das crenças partidárias, têm é de trabalhar em prol do Município, que este seja tratado em pé de igualdade com os restantes, tendo-lhe aquele governante dito que assim o será.

Informou também que a Câmara Municipal vai fazer a marcação dos estacionamentos em S. Pedro, bem como da estrada de Bairros ao Sto. Adrião, servindo-se da máquina existente nos serviços municipais logo que a meteorologia assim o permita.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso, informou que a peritagem ao terreno necessário para a obra no Largo de Sardoura custou 6.000,00€ e que o valor atribuído ao terreno foi de 21.000,00€, estando a Câmara Municipal a acompanhar a situação e irá fazer ali a requalificação daquele largo, uma vez que o terreno é da autarquia. Disse que a questão do muro está a ser salvaguardada.

Em relação à praça de Sá, referiu que faltou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dizer que além do apoio dos populares, a Câmara Municipal também já participou com a cedência de uma máquina e de funcionários, sendo que, inclusivamente, já têm as guias encomendadas, estando à espera



Fls. \_\_\_\_\_

da sua entrega. Disse que o projeto de alteração do pavimento e do traçado (materiais tinham um valor elevado, conforme conversado em reunião conjunta) está em curso, estando os serviços a solicitar orçamentos para esses materiais, pelo que a Câmara Municipal continuará a ser um parceiro. Referiu que a Academia de Música de Castelo de Paiva está num elevado patamar de excelência. Disse que é vontade do executivo, com a colaboração do Diretor Pedagógico daquela entidade, de trazer o ensino superior da música para o concelho.

Em relação à vinha, referiu que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm apostado na divulgação do vinho e dos nossos produtos endógenos. Informou que ainda este ano os projetos de reconversão da vinha, tal como em outros anos, tiveram um apoio ao hectare no montante de cerca de 11.000,00€, esperando que a vinha seja sempre uma aposta do Município.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD), informou que em relação ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, estão a aguardar que haja uma deliberação no sentido de reduzir a verba que foi exigida à Câmara Municipal no montante de cerca de 170.000,00€. Deu nota que no final da semana passada houve uma nova peritagem acompanhada por técnicos do Município, esperando que o valor desça para um montante minimamente aceitável.

Sobre a questão relativa à sinalização, informou que estão a fazer o levantamento das situações para se proceder à substituição da sinalética.

Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS), informou que relativamente ao estacionamento no Largo do Conde, mantém a intenção de criar lugares de estacionamento temporário. Disse que estão a procurar parcerias, o que não tem sido fácil, porque segundo as empresas esses lugares de estacionamento podem não ser rentáveis, acrescendo que cada máquina de controlo do estacionamento custa cerca de 7.000,00€ mais IVA, mas estão a procurar soluções para cumprir com aquilo que foi dito.



Fls. 239

Em relação à prova desportiva “Granfondo”, reconheceu que a sua realização causa transtornos, mas é uma forma de promover o concelho, tendo pedido desculpa pelos transtornos causados.

Informou que os moloques foram limpos e higienizados no passado mês de fevereiro (pode ceder o vídeo feito pelos serviços), algo que foi feito pela primeira vez. Lembrou o veículo que foi recentemente adquirido para a recolha do lixo que também faz a higienização dos contentores.

Referindo-se à intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD), informou que a revisão da Carta Educativa está em andamento. Disse que todos (comunidade educativa, comunidade civil, executivo municipal) têm tido a oportunidade de dar os seus contributos ao processo.

Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS), esclareceu que os serviços agiram em conformidade com o previsto no Regulamento (bolsas de estudo). Disse que existe uma declaração emitida pelos Bombeiros Voluntários a atestar a qualidade do requerente, sendo que este, ao sentir que se estava a pôr em causa a função que o seu pai exerceu, devolveu o dinheiro ao Município. Informou que o relatório final está concluído e pode ser consultado por quem o desejar.

Sobre a Comissão Permanente de acompanhamento do disposto no relatório final do GT do testamento do Conde, referiu que foram prestados esclarecimentos na última AM, mas que se assim o entenderem também o fará por escrito.

Informou que falou com o organizador da iniciativa da evocação do centenário do 1.º Conde de Castelo de Paiva, tendo-lhe dito que não vai estar presente na iniciativa, porque sendo um debate político, esse debate está a ser feito nos órgãos autárquicos.

Salientou que no anterior mandato, o então Presidente da AM, Dr. Gouveia Coelho, criou um GT de análise do testamento do Conde; agora existe uma comissão de acompanhamento; existem dois processos, um processo cível e um processo-crime em tribunal relacionados com os usufrutuários, pelo que para acautelar os interesses do Município, enquanto Presidente de Câmara,



Fls. \_\_\_\_\_

não vai estar presente, mas fará chegar uma carta a explicar a importância que teve o Conde de Castelo de Paiva.

Realçou que a política é debatida nos órgãos próprios, como tem sido.

Questionou se será sensato o Presidente da Câmara estar a debater o assunto naquelas circunstâncias quando uma das recomendações da AM é no sentido de intentar uma ação contra os usufrutuários, e quando o que lá possa ser dito seja usado contra o Município.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), respondeu que a sua opinião continua a ser a mesma, pelo que existem condições políticas. Disse que não ia fazer o teatro de bater no peito e dizer que confia plenamente: o processo está a ser tratado no local adequado.

Deu nota que não se recorda do GMPS, aquando do anterior Presidente da Câmara que ainda é arguido em alguns processos, designadamente o processo “Eter”, ter vindo questionar a legitimidade, a confiança e a honestidade para exercer o cargo.

Salientou que tem plena confiança no seu Vice-Presidente, que sempre foi e continuará a ser uma pessoa séria: à justiça o que é da justiça.

Realçou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara não foi indiciado por nada que tenha feito naquela qualidade.

Referiu que certamente se lembrarão do que disse aquando do debate para as eleições autárquicas de 2021, e citou: “Não retiro confiança a menos que vá até ao fim, se defende e prove a sua inocência. E mais não digo porque não entro em gincana, não vou falar de ninguém, nem vou acusar ninguém.”

Reiterou que quem tem de analisar o processo são as instâncias próprias.

Concluiu, referindo que não fala pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, ele tem voz, ao contrário do que aconteceu no passado, pelo que cada um que retire as suas conclusões.

**O Sr. Vice-Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que está tranquilo em relação ao processo em causa. Disse que à data o executivo da Junta de Freguesia aprovou sempre as decisões desse processo por



Fls. 240

unanimidade, que tinham sempre o objetivo de dar aos municípios da freguesia o atendimento que merecem, tendo a Junta de Freguesia aberta, dando qualidade de vida às pessoas, limpando as valetas, ruas, caminhos, fossas.

Pediu para que deixem a justiça fazer o que lhe compete e não brinquem com a dignidade de pessoas que têm provas dadas de seriedade, honestidade e humildade.

Agradeceu a todas as pessoas que lhe demonstraram a sua solidariedade.

**O Sr. Presidente da Câmara** interveio novamente para dizer que em relação à “ELH – Estratégia Local de Habitação” e à recomendação que foi feita, não estava a ver qual é o terreno que foi falado, mas poderá analisar. Disse que se falou apenas na aquisição de um terreno em Bairros, mas também adquiriram um terreno em Real, ou seja, que adquiriram dois terrenos com um valor médio de 12,00€ m<sup>2</sup>, com o aval de avaliadores oficiais, pelo que não lhe peçam que mediante uma recomendação o Município, sem saber qual é o terreno, adquira terrenos a 30,00€ o m<sup>2</sup>, quando a média da aquisição para a “ELH – Estratégia Local de Habitação” foi de 12,00 m<sup>2</sup>.

Referiu que se necessitarem de consultar os levantamentos topográficos e as escrituras dos terrenos adquiridos, a Câmara Municipal está disponível para tal.

Concluiu, referindo que como recomendação, está recomendada.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para informar que o processo de revisão da Carta Educativa está na fase de auscultação de grupos que o Município decidiu convidar para fazer parte deste processo porque acham que é um documento estratégico, desde Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, comunidade educativa, associações desportivas e culturais, IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e a Dgeste. Disse que esta fase terá uma apresentação no final do mês de maio, sendo que a empresa também irá dar



Fls. \_\_\_\_\_

nota de qual a estratégia a seguir para o concelho no seguimento das audições que foram feitas.

Realçou que um dos pontos que terá de ser melhorado será ao nível da formação profissional, que é definida em articulação com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” e com os Agrupamentos de Escolas, porque neste momento não será a mais ajustada. Disse que faz parte do programa eleitoral do PSD a definição de estratégias nesse âmbito que vão de encontro às necessidades das empresas sediadas no concelho, tendo já tido a oportunidade de falar com entidades que desenvolvem formação profissional para avaliar a possibilidade de no futuro haver este tipo de ofertas em Castelo de Paiva, de forma a fixar os nossos estudantes no concelho e de valorizar as suas qualificações, para que possam contribuir para o desenvolvimento do nosso território.

Em relação ao ensino superior, referiu que todos estão conscientes que têm muito trabalho para fazer. Disse que a Academia de Música de Castelo de Paiva é uma entidade formadora de excelência; que já tiveram a oportunidade de trocar impressões com o Instituto Politécnico do Porto, pelo que vão ver qual é o caminho a seguir no seguimento da revisão da Carta Educativa, no sentido de dotar o concelho com as melhores ofertas formativas em todos os níveis de ensino.

**A deputada Fátima Strecht (GMPS)** interveio novamente para dizer que a higienização que foi feita ao moloque não é suficiente, terá que ser efetuada mais vezes ...

**O Sr. Presidente da AM** cortou a palavra à deputada Fátima Strecht (GMPS), por considerar que estava a comentar a intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu a quatro das questões que colocou referentes ao edifício “Marmoiral”, tendo repetido o conteúdo das questões.



Fls. 241

**O Sr. Presidente da Câmara** reiterou o conteúdo da sua intervenção anterior a propósito do edifício “Marmoiral”.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** referiu que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu à questão que colocou relativa às questões que lhe foram remetidas pela Comissão Permanente de acompanhamento do disposto no relatório final do GT do testamento do Conde.

**O Sr. Presidente da AM** esclareceu que respondeu da mesma forma que tinha respondido ao deputado Rocha Pereira (GMP), ou seja, que no seu entendimento, as respostas tinham sido dadas na AM, mas ia verificar e pedir ao Sr. Presidente da Câmara para as dar por escrito, pelo que a comissão irá receber a resposta por escrito.

**5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.**

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento

**Período de Intervenção do Público**

**6. Intervenção do Público**

Não houve intervenções.

**Período da Ordem do dia**

**7. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2022 – Relatório de Gestão.**

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dar nota da forma como se vai processar a discussão deste ponto, tendo de seguida dado a palavra à Câmara Municipal.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para apresentar os principais aspetos referentes aos documentos de prestação de contas do ano de 2022. Deu nota que o orçamento da receita teve uma execução de 70%, num montante de cerca de 16.300.000,00€, que corresponde a cerca de 13.497.000,00€ de receita corrente, uma execução de 94% do que tinha sido estimado, e que representa um acréscimo de cobrança relativamente a 2021 de 10%, isto é, foi superada a execução de 83% desse ano; na receita de capital foi arrecadado o montante de 1.855.000,00€, uma execução de

23%, o que corresponde a uma redução em relação ao que estava previsto (redução de 43% em relação a 2021) por força da ausência de fundos comunitários, dado que, para lamento dos Municípios, o programa “Portugal 2030” está muito atrasado (primeiros avisos poderão ser abertos no final do corrente ano) e o Município não teve oportunidade de se candidatar a avisos do “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” porque se falou muito da “bazuca”, mas não há nada para os Municípios (há apenas algumas situações concretas que foram negociadas com alguns Municípios).

Informou que em função disso a execução da receita de capital ficou aquém do previsto, mas a variação do investimento foi apenas de menos 500.000,00€ em relação a 2021; que muito do investimento transitou de 2021, porque parece que em ano de eleições há sempre muito investimento, pelo que havia muito investimento que transitou e que tinha de ser pago em 2022, cerca de 2.000.000,00€, o que levou a que tivessem algumas cautelas a reorganizar as prioridades do executivo ao nível do investimento para 2022, tendo já lançado algumas empreitadas no ano em curso.

Informou também que a execução da receita teve um aumento de 6% em relação a 2021 por força da arrecadação de receita corrente.

Em relação ao orçamento da despesa, informou que teve uma execução global de 62%, o que corresponde a um montante de 14.553.000,00€, o que corresponde um montante de cerca de 10.500.000,00€ de receita corrente, um grau de execução de 75%; uma execução na despesa de capital no montante de 4.000.000,00€, uma execução de 42% daquilo que estava previsto.

Salientou que 2022 foi um ano em que tiveram de assumir a delegação de competências nas áreas da saúde e da educação, o que originou um aumento das despesas com o pessoal em 1.000.000,00€, dado que o Mapa de Pessoal passou de 157 para 260 trabalhadores.

Em relação às despesas relativas à aquisição de bens e serviços, disse que estas aumentaram em 500.000,00€ por força da delegação de competências



Fls. 242

nas áreas da saúde e da educação, nomeadamente, as despesas com fornecimento de serviços externos, a aquisição de bens para a confeção de refeições; ao aumento dos preços devido à guerra na Ucrânia em cerca de 20% e ao aumento da taxa de inflação.

Deu nota que em 2022 o executivo já cumpriu com algumas das políticas previstas no seu programa eleitoral, designadamente, o aumento do valor das transferências correntes para as Juntas de Freguesia no âmbito da limpeza e manutenção de vias municipais.

Destacou o investimento realizado na aquisição de um veículo de recolha do lixo no montante de 320.000,00€ e de carrinhas para o serviço de abastecimento de água.

Salientou que em 2022 o executivo teve de depositar o montante de 170.000,00€ à ordem do tribunal no âmbito da expropriação de terrenos para o percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”.

Informou que também em 2022 o passivo foi diminuído em 2.500.000,00€, em função da redução contínua da dívida a fornecedores; a redução de cerca de 600.000,00€ em provisões, por força do acordo alcançado no âmbito do processo “Jopavera”; a redução da dívida bancária em cerca de 600.000,00€; a valorização do ativo em 1.000.000,00€; a fixação do “PMP – Prazo Médio de Pagamentos” em 25 dias; o aumento da capacidade de endividamento para 2.300.000,00€, um resultado líquido do exercício de 2.536.000,00€.

Realçou que face a estes dados o Município apresenta indicadores de solvabilidade financeira. Disse que foi uma gestão rigorosa no sentido de pôr as contas à maneira do executivo, e que o investimento que possa ter ficado atrasado em 2022 repercute-se já neste primeiro semestre.

**O Sr. Presidente da AM** declarou aberto o período de perguntas e esclarecimentos.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que são umas contas que apesar de serem as primeiras deste executivo, são as primeiras sem pandemia e, por outro lado, os números que ali estão não são



suscetíveis de serem comparados com 2021, mas naturalmente, esse é um ano atípico, porque é um ano profundamente marcado por uma pandemia. Daí, disse, o benefício da dúvida.

Deu nota que o Revisor Oficial de Contas refere que os trabalhos de inventário, registo do cadastro e mobilizado foram iniciados pelo órgão executivo em 2014 e que não foram finalizados até o momento, tendo questionado o que é que falta concluir neste processo, porque as implicações são grandes, uma vez que muito do ativo fixo do Município e as respetivas amortizações e influências nos resultados transitados, tem implicações diretas nos resultados finais a apresentar.

Referindo-se à norma NCP 27 de contabilidade e gestão, disse que ainda não está aplicada, já vem há muitos anos a ser debatida, questionando quando é que o Município pretende ter esta situação resolvida, porque a contabilidade de custos é fundamental em qualquer ato de gestão.

Em relação ao Relatório de Gestão, referiu que na página 6 é dito que o Município não conseguiu cumprir com o disposto no n.º 3, do artigo 56.º da Lei das Finanças Locais, uma vez que a taxa de execução da receita prevista é inferior a 85% em dois anos consecutivos, ou seja, que é mais um caso em que não se pode fazer comparações, porque o ano de 2021 é completamente atípico, mas já há uma melhoria de 6% no ano de 2022; que relativamente à página 25, gostava de saber porque é que se diminuiu as funções sociais do Município em cerca de 14%; que foi dito na reunião de Câmara sobre a manutenção da dívida a fornecedores de investimento, que atendendo ao maior volume de investimentos isso significa uma melhoria no prazo de pagamentos, tendo referido que este texto teria que ser corrigido, tal como foi referido na altura pala Vereadora Liliana Vieira; que na página 51 há uma gralha de português, porque do Anexo às Demonstrações Financeiras, no segundo parágrafo, onde se lê “foram preparas”, deve-se ler “foram preparadas”; que na página 68, ponto 4, solicitava ao Município que quando refere, e tem lá um mapa da concessão à “E-Redes” por 20 anos, acrescentasse mais duas colunas para o prazo de



Fls. 243

início e o prazo do fim dessa concessão; que gostava de saber se relativamente aos ativos que constituem o testamento do terceiro Conde de Castelo de Paiva, os bens de raiz em nome do Município já constam, ou não, na rubrica do ativo do balanço, ou se estão noutra rubrica, porque na rubrica de património histórico, artístico e cultural só estão registados 2.428,00€, e existe património cultural no concelho, como por exemplo o Chafariz, que vale muito mais do que aquele valor, pelo que se calhar há património que não está ali registado; que na página 71, ponto 6, sobre as locações, é referido que o Município não possui nenhum contrato de locação, sabendo que a autarquia fez recentemente contratos de locação de viaturas, pelo que aquela frase devia ser alterada; que na página 74, é referido que há dívidas de cobrança duvidosa com mais de 12 meses que ultrapassam os 165.000,00€, tendo solicitado um esclarecimento; no anexo 1, uma correção, porque o Sr. Presidente da Câmara mora em Real, mas consta Sobrado; na página 260, a Vereadora Liliana Vieira já falou do acordo que se fez com a empresa “Jopavera”, e como se chegou a acordo, ainda aparece a contingência financeira no montante de cerca de 700.000,00€, tendo questionado se esse valor ainda tem de constar ali, se não se pode eliminar no mapa de contingência financeiras; que gostava de saber a que é que diz respeito o processo de expropriação n.º 109/220T8CP, com Manuel e Maria Isabel Vasconcelos, que está no mapa da contingência financeira.

Concluiu, questionando se há alguma novidade em relação à permuta que fizeram com Lousada dos fundos comunitários para a reconversão da escola EB2/3 de Sobrado, e para quando se prevê que se possa lançar novamente o concurso para aquela obra.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que há descrições no Relatório de Gestão que são elogios à atuação da Câmara Municipal, algo que não deveria constar no documento.

Salientou que mais uma vez ao nível da execução da receita (70%) e da despesa (62%), não se cumpriu com os 85% previstos da Lei das Finanças



Locais; que na página 21, na parte relativa às instituições sem fins lucrativos, a dotação em 2021 era de 71.878,81€ e em 2022 era de 71.291,19€, o que dá uma variação negativa de menos 587,62€ (verba irrisória), e que na coluna das percentagens consta 100%, estando também escrita a seguinte frase: "... que reforça o apoio institucional face ao ano anterior...", algo que não está correto, tendo solicitado um esclarecimento; que é feita uma referência a dívidas à "CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa" no montante de 40.618,32€, tendo questionado se essa dívida corresponde a um atraso no pagamento de prestações ou se é uma dívida com prazo de pagamento ainda em tempo de ser liquidada; que na página 27, o montante referente a dívidas de cobrança duvidosa é significativo (168.810,80€), tendo questionado se a Câmara Municipal vai fazer algo para cobrar essa dívida ou se vai ficar sem essa quantia; que na página 40, remuneração do pessoal, a data que consta nos quadros está errada; questionou se a redução da dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo decorreu da alguma liquidação antecipada ou do cumprimento do plano de pagamentos das prestações.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que ficou com uma dúvida sobre uma frase que a Vereadora Liliana Vieira terá dito que é a "bazuca" não contempla Castelo Paiva, tendo questionado se foi isso que ouviu.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que a Vereadora Liliana Vieira quis dizer que a "bazuca" ainda não chegou a Castelo de Paiva.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** retomou a sua intervenção, referindo que estão previstos no "PRR – Plano de Recuperação e Resiliência" cerca de 29.000.000,00€ para a "ELH - Estratégia Local de Habitação", dai que não tenha percebido.

Deu nota que também detetaram algumas gralhas de linguística e preciosismos de datas que poderiam não corresponder à realidade.

Referiu que a execução orçamental representa cerca de 60% da receita e 62% da despesa, ficando abaixo daquilo que inicialmente lhes foi garantido



Fls. 24h

aquando da apresentação do orçamento; que houve um aumento claro da receita e também da despesa, sendo que o aumento da receita foi de cerca de 2.400.000,00€ devido aos impostos, à delegação de competências e a um aumento das transferências do Estado, e que o aumento da despesa se deveu ao crescimento dos com custos com o pessoal, também associados à delegação de competências.

Relativamente a evolução da dívida, disse que se nota que há a continuidade da boa prática do controlo da dívida de médio e longo prazo, o que saúda de forma positiva. Disse que o Município apresenta uma capacidade de endividamento de cerca de 2.332.000,00€ e existe uma disponibilidade financeira aproximada de 3.000.000,00€, tendo destacado novamente de forma positiva a continuidade da redução da dívida pública. Realçou que a Câmara Municipal tinha os pagamentos em dia a 31 de dezembro; que há uma notória continuidade da redução do tempo médio de pagamentos a fornecedores; que há um crescimento das receitas de “IMT – Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis” em resultado das políticas de planeamento urbanístico que foram desenvolvidas no mandato anterior, no montante de cerca de 350.000,00€.

Salientou que há aspectos que os preocupam: o projeto da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, no qual o concelho estava na linha da frente aquando da sua apresentação, tendo questionado qual é o motivo para que dois anos após essa apresentação ainda não haja uma única habitação social nova disponível para utilização.

Referiu que o Município arrecadou cerca de 1.000.000,00€ de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis”, tendo questionado porque é que essa verba não foi canalizada para as Juntas de Freguesia; que houve uma receita de cerca de 500.000,00€ de IRS, pelo que tendo em conta o ano atípico de dificuldades financeiras resultantes da inflação, questionava porque é que não canalizaram essa verba de impostos das famílias para apoio às famílias com apoios sociais extraordinários.

Por outro lado, disse, o Município tem gasto centenas de milhares de euros em serviços e entidades externas, pelo que questionava qual é o fundamento desses serviços externos. Recomendou à Câmara Municipal que informe periodicamente os deputados da AM sobre o ponto de situação do recurso a essas entidades externas, para que possam dar contributos para a estratégia que se pretende desenvolver para o concelho.

Concluiu, questionando qual é o motivo de ter transitado para 2023 um volume de despesa efetuada e não paga de cerca de 2.742.000,00€.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para perguntar há quantos anos é que a receita não atingia uma média de 70%.

Referindo-se à página 29 do Relatório de Gestão, disse que compreendia a redução das provisões para fazer face aos riscos, nomeadamente, no âmbito do processo “Jopavera”, mas que não comprehende, e pedia um esclarecimento, a provisão no montante de 100.000,00€ referente a faturas de serviços prestados a munícipes no período relativo à Covid-19, que foram rececionadas ainda em 2021.

Deu os parabéns à Vereadora Liliana Vieira pelo facto de este executivo não estar nessa senda de aumento de impostos, ao contrário do que acontece com o Governo.

Salientou que não se deve esquecer que a guerra na Ucrânia também se reflete nas contas de 2022 ao fazer subir os preços dos bens, serviços e materiais para a construção civil.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder à questão colocada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) referente à requalificação da escola EB2/3.

Esclareceu que havia uma verba no programa “Portugal 2020” destinada à requalificação daquela escola. Disse que tendo o executivo feito uma alteração ao projeto, tendo aumentado a verba do concurso público de 1.400.000,00€ para um 1.800.000,00€, o concurso ficou deserto, pelo que estando-se a aproximar o final do quadro comunitário que, impreterivelmente, terá que estar concluído em 30 de junho de 2023; que



*[Handwritten signature]*

Fls. 245

havendo a possibilidade de outro concurso ficar deserto a que acresceria a necessidade de obtenção do “Visto” do Tribunal de Contas, o Município, por seu intermédio, chegou a acordo com o Sr. Presidente da Câmara de Lousada, no sentido de ceder a verba que estava disponível para o Município de Castelo de Paiva, para que agora no programa “Portugal 2030”, Lousada cedesse a Castelo de Paiva na mesma proporção, acrescentando a verba a que o nosso concelho terá direito. Salientou que isso está balizado e está escrito na ata do Conselho Executivo da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Informou que já chegou a primeira proposta do que serão os fundos comunitários para a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, assim como para as restantes Comunidade Intermunicipais, sendo que essa proposta ainda está em fase de discussão para posterior distribuição pelos Municípios. Disse que se supõe que essa negociação se inicie nas Comunidades Intermunicipais em julho, e que possam ter os primeiros avisos em outubro/novembro (datas previsíveis), sendo este o ponto de situação.

Em relação à “bazuca”, disse que o deputado Manuel Mendes se equivocou, dado que o “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” não tem dinheiro para a “ELH - Estratégia Local de Habitação”.

Explicou que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” é assente no financiamento do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” a 50%, a fundo perdido, e 50% na forma de empréstimos com juros bonificados.

Explicou também que há a possibilidade desses 50% na forma de empréstimos com juros bonificados, com dois anos de carência, poderem ser financiados pela “bazuca”, mas o concelho não tem 29.000.000,00€ do “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”. Disse que quando muito, se utilizarem a totalidade dos 29.000.000,00€ previstos para a “ELH - Estratégia Local de Habitação”, terão 50% desse montante.



Fls. \_\_\_\_\_

Informou que teve a oportunidade de questionar o Sr. Primeiro-Ministro e o que está previsto na “bazuca” para o concelho é a ligação ao IC35 e a ligação à A32 (obras importantíssimas para o desenvolvimento de Castelo de Paiva).

Anunciou que o traçado da conclusão da Variante à EN 222 já está balizado, estando uma empresa a fazer o estudo geológico da ligação até à A32, para que em princípio, em setembro, possa ir para o Ministério das Finanças para cabimentação e posterior lançamento do concurso com vista à adjudicação.

Sobre a questão do porquê da “ELH - Estratégia Local de Habitação” se encontrar ainda numa fase embrionária, respondeu que já existem terrenos, existem contactos, existe vontade e existem projetos, mas estão há quatro meses à espera de uma resposta do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” relativamente a um termo de aceitação para a reabilitação dos bairros sociais: depois vem o governo falar em habitação, questionou.

Salientou que o executivo tem estado em contacto com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, principalmente com aqueles em cujas freguesias ainda não há alternativa ou terreno adquirido para implementação da “ELH - Estratégia Local de Habitação”.

Informou que o executivo continua à espera que o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” lhes dê informações precisas sobre como proceder, porque também há a necessidade de informação sobre como lançar os concursos; se há, ou não, necessidade do “Visto” do Tribunal de Contas, dado que se houver essa necessidade podem estar meio ano, ou mais, à espera do “Visto”.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPP)** interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara para fazer um ponto de ordem à Mesa, por considerar que as justificações que estavam a ser dadas pelo Sr. Presidente da Câmara não se enquadram no ponto em discussão.



*KH*

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que ia concluir a sua intervenção, mas que tinha pena que assuntos essenciais e estratégicos como a habitação, e sobre os quais estava a responder às questões colocadas pelo GMPS, não sejam importantes para a AM.

**A Vereadora Liliana Vieira** interveio novamente para responder às questões que lhe foram colocadas.

Informou que ainda não foi possível concluir o processo relativo ao inventário e ao cadastro, mas estão a fazer todos os esforços para terminar este trabalho de valorização do ativo do Município.

Informou também que a “Norma de Controlo Interno” está concluída e está dependente da sua validação.

Relativamente às gralhas (erros de escrita) que foram apontadas pelos anteriores intervenientes, respondeu que só não erra quem não trabalha. Disse que fizeram algumas atualizações ao documento no seguimento da reunião de Câmara realizada na passada Segunda-Feira, tendo preferido dar nesta AM os esclarecimentos relativos a essas incorreções, tendo pedido desculpa por esses lapsos.

Deu nota que no próximo ano poderão colocar os períodos de início e de fim relativamente à “E-Redes”.

Sobre os ativos do testamento do Conde, respondeu que têm de fazer uma revisão à questão do inventário e do cadastro.

Relativamente às dívidas com mais de seis meses, esclareceu que têm a ver com a venda de água. Informou que a deliberação que foi tomada pela AM relativa ao perdão de juros contribuiu para a regularização de alguma dessa dívida, tendo-se agora de analisar se a restante dívida é, ou não, cobrável. Em relação ao facto do processo “Jopavera” ainda constar no mapa de contingências, respondeu que será retirado do mapa logo que o acordo seja cumprido.

Salientou que houve um apoio de 20% às instituições, nomeadamente, ao nível das refeições escolares e nos transportes escolares. Disse que se isso



Fls. \_\_\_\_\_

não se consubstanciou num aumento comparativo com o ano de 2021, é porque foram menos os serviços prestados.

Quanto à redução da dívida bancária, respondeu que a dívida foi amortizada de acordo com o plano de pagamentos.

Reiterou que a Câmara Municipal reforçou em 2022 as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia para a limpeza das vias municipais, e que no corrente ano foi feito novo reforço no montante de 50.000,00€/cedência de funcionários.

Salientou que a Câmara Municipal não é alheia às dificuldades que as famílias atravessam, pelo que no futuro vão apresentar uma estratégia de apoio às famílias em conjunto com as medidas que decorrem da assunção da transferência de competências na área da ação social.

Explicou que a despesa transitada é aquela que está comprometida referente ao ano de 2022. Disse que muita dessa despesa não foi faturada, pelo que tem de transitar para o ano seguinte, lembrando que há compromissos que são plurianuais o que obriga a que essas despesas transitem para o ano seguinte.

Relativamente à provisão efetuada no montante de 100.000,00€, explicou que em 2022 o executivo foi confrontado com uma situação menos positiva resultante da realização de testes ao Covid-19 no ano de 2020, no Hospital de S. João, testes esses que de acordo com o anterior executivo seriam gratuitos. Disse que os testes não foram gratuitos dado que o Município, em outubro de 2020, já tinha recebido uma caixa com centenas de faturas referentes a esses testes.

Explicou que as faturas foram devolvidas ao Hospital de S. João com a indicação de que teriam de ser faturadas à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” no âmbito de uma candidatura. Disse que aquela entidade foi notificada pelo Hospital de S. João, tendo respondido que não havia nenhuma candidatura e que não ia pagar as faturas, pelo que estas foram novamente devolvidas ao Município.



Fls. 247

Informou que o executivo, durante o ano de 2022, tentou perceber como resolver o problema desta dívida do Município ao Hospital de S. João no montante de cerca de 95.000,00€, que não tem nem cabimento, nem compromisso na contabilidade, ou seja, é uma despesa que vai contra o previsto na lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Salientou que não sabe como é que vai resolver o problema porque o valor em causa obrigava à realização de um concurso público, não podendo fazer um ajuste direto para pagar este valor.

Informou que já contataram o Hospital de S. João e que esta entidade insiste que o Município tem de pagar esta dívida; que a anterior Ministra da Saúde nada disse sobre o assunto; que mudaram os ministros, mas que continuam sem dizer nada.

Referiu que dada a possibilidade do Município ser obrigado a pagar este valor, inscreveram a provisão nas contas.

Concluiu, informando que vai contatar o Tribunal de Contas para perceber como é que se pode resolver esta situação: foi a “caixa de pandora” que encontraram no ano de 2021.

De seguida, deu a palavra ao Dr. José Carmo, da empresa “Carmo & Cerqueira, SROC, Lda.”, para que desse uma breve explicação relativa às contas de 2022.

**O Dr. José Carmo** usou da palavra para dizer que estas são as primeiras contas sem pandemia, mas são as primeiras com a descentralização de competências, pelo que esta era uma dificuldade adicional que tinham ao seu trabalho, porque existem várias rubricas, nomeadamente de pessoal, de fornecimentos e serviços externos e as transferências que são recebidas, que são afetadas por esse acréscimo de custos e de receita, e que mereceram uma atenção adicional.

Deu nota que começaram por fazer uma análise aos procedimentos de controlo interno do Município, tendo também tido uma participação ativa na revisão da Norma de Controlo Interno que, pelo que percebeu, será apresentada em breve, dado que em função dos controles e dos



procedimentos que existem, que estão implementados, determinam aquilo que são os procedimentos que tiveram que implementar, nomeadamente, ao nível substantivo da verificação documental, entre outras.

Explicou que há um pequeno lapso relativamente ao património histórico e cultural, porque o montante de 2.400,00€ é o valor das amortizações, dado que o valor efetivo desse património, em termos líquidos, é de 213.000,00€. Esclareceu que relativamente à norma da contabilidade de custos, o “SNC-AP – Comissão de Normalização Contabilística para Administrações Públicas” recomenda a sua implementação. Disse que é uma norma que consideram que é importante, daí recomendarem a sua implementação ao Município na sua certificação legal de contas.

Informou que há uma questão que não conseguiram apurar ao certo que é o valor relativo aos ativos fixos tangíveis do Município, isto é, o património edificado no Município, porque, por um lado, ao não se concluir a inventariação podem existir imóveis que não estão refletidos nas contas, como também podem existir situações de bens do ativo imobilizado que, ou já estão obsoletas, ou já não existem. Disse que é a única rubrica sobre a qual não conseguiram dar uma opinião, daí levantar essa reserva.

Deu nota que foi retirada a ênfase ao Covid-19, porque já não gera uma incerteza fundamental sobre aquilo que podem ser os impactos futuros nas contas do Município.

Referiu que, grosso modo, as contas refletem aquela que é a verdade sobre a posição financeira do Município.

Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM) na parte relativa às dívidas de cobrança duvidosa, esclareceu que são situações que já veem de há alguns anos a esta parte e têm uma antiguidade elevada, mas está reconhecida a respetiva imparidade de uma grande parte desse valor.

Relativamente à questão da dívida, referiu que a redução é de cerca de 800.000,00€, e que a variação que se verifica de não corrente está refletida na dívida corrente, pelo que é uma questão técnica.



Fls. 248

Concluiu, informando que há uma situação que ficou resolvida durante a sua análise, que tem a ver com uma reserva que vinha do passado e que tinha a ver com as participações que o Município tem em algumas entidades, para as quais não conseguiam ter contas que permitissem refletir o impacto das demonstrações financeiras dessas entidades no Município. Disse que essa situação foi ultrapassada este ano, tiveram essa informação financeira, pelo que essa reserva não se justifica manter-se, uma vez que sabiam qual era o reflexo dessas entidades nas demonstrações financeiras do Município.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** interveio novamente para reiterar a questão que tinha colocado referente à página 21 do Relatório de Gestão (associações sem fins lucrativos), bem como a questão que colocou relativa à dívida à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

**A Vereadora Liliana Vieira** respondeu que relativamente à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, não se trata propriamente de uma dívida, mas sim a responsabilidade do Município no endividamento daquela entidade.

Em relação à questão relativa à página 21 do Relatório de Gestão (associações sem fins lucrativos), respondeu que se trata de uma gralha.

**O Sr. Presidente da AM** abriu o período relativo às intervenções finais.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara, na reunião de Câmara de 17 de abril, na sua intervenção sobre as contas de gerência, referiu que, e citou: "... quando chegamos a este Município não havia projetos, havia asfaltamentos, mas não se pensava aquilo que era a realidade e as necessidades das pessoas, e isso, não me reporto apenas aos últimos 12 anos, mas aos anos anteriores ... nunca houve uma preocupação no que é o saneamento, no que é o controle das fugas de água ... fazer-se como se fez no passado e voltar a fristar, não me reporto apenas aos últimos 12 anos, mas para trás, obras para tapar olhos sem ter em conta o saneamento, a água, as infraestruturas



Fls. \_\_\_\_\_

fundamentais para que todos os Paivenses tenham a merecida qualidade de vida, não contem comigo, prefiro fazer como tenho feito...

Ao fim de um ano, pedir que se faça o que não foi feito em 24, 25, 26 e 30 anos, digo-vos, é injusto, mas daqui a três anos os Paivenses terão oportunidade de escolher quem querem há frente dos destinos do Município”.

Referiu que uma vez que estas afirmações, nomeadamente quanto ao saneamento, têm sido repetidas vezes sem conta, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara lhe dissesse quais foram as obras que foram feitas pelos executivos do PSD e do PS para “tapar olhos”. Disse que tinha consigo um Diário da República e um mapa que obteve nos serviços com todas as empreitadas feitas nos últimos vinte e quatro anos, e não encontra nenhuma que seja para “tapar olhos”, e que só no mapa de 2004 as adjudicações ultrapassaram 2.200.000,00€, dos quais 1.400.000,00€ dizem respeito a empreitadas de requalificação de vias e colocação de condutas de água e saneamento.

Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a percorrer o concelho com ele para lhe mostrar onde, cumprindo o PDM - Plano Diretor Municipal de saneamento que herdou do executivo do PS ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), uma vez que o deputado Carlos Trindade (GMPSD) solicitou um ponto de ordem à Mesa.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** justificou o ponto de ordem à Mesa por considerar que a intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) é tudo menos uma declaração política atinente à prestação de contas.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** retomou a sua intervenção, referindo que cumprindo o PDM - Plano Diretor Municipal de saneamento que herdou do executivo do PS, foram instaladas centenas de km de condutas de água e de saneamento.

Salientou que é uma afronta ao Sr. Presidente da AM aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse na última reunião de Câmara: a 18 de abril de 2012, o PSD fez o seguinte comunicado, que citou: "... que ao reconhecimento a Paulo Teixeira por duas décadas de serviço prestado ao PSD e a Castelo de Paiva ...".

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu novamente a intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), por considerar que o teor da intervenção daquele deputado nada tinha a ver com a prestação de contas.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** respondeu que ia concluir.

Referiu que era preciso haver humildade e reconhecimento, porque não há no país nenhum Presidente de Câmara desde o 25 de abril que tenha feito obras para "tapar olhos"; têm obra feita no concelho por todos os executivos (uns podem ter mais, outros podem ter menos) e, felizmente, o PSD reconheceu-o por mais de uma vez.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que a prestação de contas é um documento de especial relevância política e económica, pois reflete o desempenho da gestão dos órgãos autárquicos.

Por outro lado, disse, podendo ou não concordar com os dados aqui apresentados, resultantes das opções que cada partido político optaria em governação, há o pressuposto de que este documento tem atestada a sua veracidade pelo Revisor Oficial de Contas.

Realçou que ainda assim, o GMPS não se revê nas opções tomadas e, nesse sentido, não votará favoravelmente este documento.

Deu nota que no ano 2022, ano de crise inflacionista, notou-se que o executivo está afastado da realidade e vive numa bolha. Disse que o relatório de contas de 2022 põe a nu que as contas do Município estão sólidas, que existe um saldo positivo nos cofres municipais, mas não existe um investimento para as pessoas.

Defendeu que para além de pequenas intervenções, não há uma estratégia de investimento concertada; não veem políticas excepcionais de apoios sociais que vão de encontro às necessidades das famílias Paivenses. Por

outro lado, referiu, evidencia a fragilidade de ideias, a falta de ambição, a falta de iniciativa, a falta de dinamismo, a falta de criatividade para o desenvolvimento de Castelo de Paiva.

Salientou que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” foi das primeiras do país a ter candidatura, mas não se vê uma única obra em construção; que há uma arrecadação de cerca 1.000.000,00€ em “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” e não há uma aplicação dessa verba nas freguesias; que há uma receita expressiva do IRS e não há reflexos nos apoios sociais.

Defendeu que relativamente a candidaturas a fundos comunitários, mantém-se a pouca ambição, pouca audácia e, mais grave, a falta de ideias, o que revela que a governação do PSD é fraca, frágil, fraquinha e faz tudo pelos serviços mínimos.

Concluiu, referindo que é uma avaliação pelos mínimos, porque o que fizeram, tendo em conta a capacidade financeira que dispõem, foi pouco, mesmo muito pouquinho, pelo que não podem votar favoravelmente do documento.

**A deputada Vanessa Pereira (GMP PSD)** usou da palavra para dizer que as contas de 2022 são diferentes de todas as outras, porque refletem a realidade e a diferença desse ano em virtude de vários fatores, como por exemplo, a delegação de competências, em especial na área da educação, que foi um verdadeiro desafio.

Defendeu que as contas refletem, acima de tudo, a marca da gestão deste executivo: assertivo, ponderado, com capacidade de planear o futuro para que aquilo que se faça seja bem feito, porque só assim se muda.

Salientou que o fazer por fazer, sem planeamento, nunca levou a lado nenhum durante estes anos todos.

Deu nota que em 2022 o orçamento tem as mais altas taxas de execução da receita, já não tinha há seis anos, o que ainda não foi bom, porque todos querem que atinja os 85%, mas se se lembrarem que no ano de 2021, nas últimas contas apresentadas pelo PS, a taxa de execução foi de 50%, foi melhor um bocadinho do que tinham em 2020.



Sobre dizer-se que não se vê obra no conselho, disse que se calhar têm que passar mais tempo em Castelo de Paiva para conseguirem ver o que se está a fazer: basta ir a Sardoura ver a obra de S. Gens, que está feita, o que prova a equidade que o executivo tem tido em todas as freguesias.

Deu nota que se verificou ainda em 2022 que o Município foi, de certa forma, obrigado a fazer um compasso de espera na execução dos investimentos, tendo em conta a falta de fundos comunitários, mas salvaguardando a capacidade de tesouraria, para que assim que fosse possível poder fazer esses investimentos. Disse que prova disso é que no ano em curso já foram aprovados investimentos no valor de 700.000,00€, uma vez mais em todas as freguesias.

Deu também nota de algumas obras em curso: a EB1 de Oliveira do Arda, que tem algumas lacunas, porque não tem mobília, não tem grades, mas está feita; a Loja do Cidadão; a ponte centenária de Pedorido; vários arruamentos; a obra do loteamento de S. Gens; a Rua do Cruzeiro e do Lagar, na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso; o aumento do apoio às Juntas de Freguesia em mais de 40.000,00€; a aquisição do novo camião de lixo e de viaturas para que os funcionários municipais possam trabalhar com dignidade.

Salientou a redução do passivo financeiro; o critério com que se fazem os investimentos; o critério de igualdade em todas as freguesias, porque não há municípios de primeira e municípios de segunda; critério, no sentido de tratar todos por igual; critério, no sentido de saber que não se faz a pavimentação de uma estrada para um ano depois se rebentar a mesma, porque afinal não se colocou o saneamento; critério e igualdade em dizer que todos os Paivenses têm direito a verem os seus pedidos atendidos.

Referiu que vêm com preocupação a tal “caixa de pandora”, os tais 100.000,00€: para quem diz que estava tudo certo, se calhar havia alguma coisa errada.

Concluiu, referindo que pelo critério da igualdade, pelo rigor nas contas e pela capacidade que o Município teve em ter capacidade para nos próximos anos fazer investimento, o PSD votará a favor.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para se referir ao conteúdo da intervenção final do deputado Paulo Teixeira.

Salientou que reafirmava o que disse na reunião de Câmara de 17 de abril: 18% de cobertura de saneamento no concelho.

Aconselhou a que lessem os relatórios do Tribunal de Contas, porque têm muitas coisas importantes sobre o que se passou, e porque é uma leitura importante para que não se cometam os mesmos erros do passado.

**Deliberação:** Apreciados e aprovados por maioria, com 13 votos a favor (11 do GMPSD e 2 do GMPS (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso)) e 13 abstenções (7 do GMPS, 4 do GMMMPM e 2 do GMUCPT).

**A deputada Silvia Cruz (GMMMPM)** proferiu a seguinte declaração de voto:

“ - Em representação do Movimento Mudar Para Melhor somos a apresentar a seguinte declaração de voto:

À semelhança do que, invariavelmente, acontece todos os anos por ocasião da prestação de contas do executivo camarário, a previsão orçamental do órgão Câmara Municipal é muito superior à sua real execução.

Em síntese, o orçamento da receita é superior em 30% e o orçamento da despesa em 40%, às respetivas execuções.

O incumprimento das previsões orçamentais demonstra uma de duas coisas: ou o executivo em permanência foi demasiado otimista, valorizando desmedidamente o orçamento da despesa e da receita, ou descurrou o investimento no nosso concelho.

Não defendemos hoje, como não defendemos no passado, nem o faremos no futuro, um aumento generalizado de despesa, de uma forma desmedida e sem qualquer critério. Defendemos, isso sim, um aumento de despesas de capital, em detrimento de gastos em despesas correntes, que se elabore um



Fls. 251

orçamento que traduza a realidade do nosso concelho, e que tal se reflita na prestação de contas.

Não podemos votar favoravelmente pela prestação de contas que agora se nos é apresentada, porque ela não resulta do projeto político que temos para o nosso concelho, provém de um orçamento absolutamente inflacionado, que não era o nosso, como agora se veio a verificar, e não prossegue os melhores interesses de Castelo de Paiva e dos Paivenses.”

O deputado Paulo Vieira (GMUCPT) ausentou-se da sessão.

#### ***8. Apreciação e deliberação - Integração do Saldo da Gerência do ano de 2022.***

Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria, com 7 abstenções do GMPS e 18 votos a favor (11 do GMPSD, 2 do GMPS (Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso), 4 do GMMMP e 1 do GMUCPT).

O deputado Paulo Vieira (GMUCPT) reentrou na sala.

#### ***9. Apreciação e deliberação - Prorrogação de prazo relativo à regularização de situações de desconformidade com o Plano Diretor Municipal- Artigo 118º - Versão final da proposta para aprovação (RJIGT, art. 89º, n.º6).***

Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.

---

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para ler o conteúdo da certidão entregue à Mesa pelo GMPS no decurso do *Ponto 4 – Assuntos Gerais de Interesse Autárquico*, que se dá por integralmente reproduzida e ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

---

#### **Período de Intervenção do Público**



***10. Intervenção do Público.***

**O município Manuel Mendes** usou da palavra para questionar se o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa, iria responder às questões que lhe foram colocadas no período de antes da ordem do dia.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que certamente que Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António Costa, ouviu as perguntas. Disse que se não pediu a palavra é porque não quer responder, e que a obrigação dele era responder na Assembleia de Freguesia. Disse ao município Manuel Mendes que se quer ouvir uma resposta, que vá à próxima Assembleia de Freguesia. A sessão foi encerrada às 00:00 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,